

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202101/0231
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Activa
Nível Orgânico:	Ministério da Saúde
Orgão / Serviço:	Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Especiais
Carreira:	Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica
Categoria:	Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista principal
Grau de Complexidade:	0
Remuneração:	1ª posição rem. TSDT especialistas principais anexo I do Dec-Lei nº 25/2019 de 11 de fev.
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Aos postos de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 31 de agosto.

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica:	Nomeação definitiva Nomeação transitória, por tempo determinável Nomeação transitória, por tempo determinado CTFP por tempo indeterminado CTFP a termo resolutivo certo CTFP a termo resolutivo incerto Sem Relação Jurídica de Emprego Público	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.	
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Despacho n.º 9656/2020, de 7 de outubro	
Requisitos de Nacionalidade:	Sim	
Habilitação Literária:	Licenciatura	
Descrição da Habilitação Literária:	Licenciatura em Saúde Ambiental	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Saúde	Higiene e Saúde Ambiental	Saúde Ambiental

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Vouga	1	Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 42 - 4.º		3804502 AVEIRO	Aveiro	Aveiro
Agrupamento de Centros de Saúde do Dão-Lafões	1	Avenida António José de Almeida - Edifício MAS		3514511 VISEU	Viseu	Viseu

Total Postos de Trabalho: 2

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: : Podem candidatar-se ao procedimento concursal aberto pelo presente aviso, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica especialista que, detenham, no mínimo, seis anos (contabilizados nos termos definidos do disposto no n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 25/2019, de 11 de fevereiro) de experiência efetiva de funções e com avaliação que consubstancie desempenho positivo, nos termos previstos no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto e reúnam, para além destes requisitos especiais, os requisitos gerais para constituição de relação jurídica de emprego na Administração Pública, previstos nos art.17.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovadas em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para o exercício de funções na carreira, designadamente a posse de cédula profissional válida e que reúnam os requisitos de admissão enunciados no ponto 1 do presente aviso

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Alameda Júlio Henriques s/n, 3001-553 Coimbra

Contacto: 239796800

Data Publicitação: 2021-01-11

Data Limite: 2021-02-01

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) nº 629/2021

Texto Publicado em Jornal Oficial: Nos termos da autorização proferida por Suas Excelências o Ministro de Estado e das Finanças e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, no Despacho nº 9656/2020, e deliberação do Conselho Diretivo de 17 de dezembro de 2020 faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, o procedimento concursal comum destinado ao preenchimento de dois postos de trabalho para a categoria da área de diagnóstico e terapêutica especialista principal, de saúde ambiental; Ref.ª A - 1 posto para a área de saúde ambiental para o ACES Baixo Vouga; Ref.ª B - 1 posto para a área de saúde ambiental para o ACES Dão Lafões, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..

1. - Âmbito do recrutamento: O procedimento concursal é comum, de acesso geral, podendo candidatar-se ao procedimento concursal todos os profissionais com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído ou de contrato de trabalho sem termo. 2. - Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado. 3. - Política de igualdade: Nos termos do disposto no Despacho n.º 373/2000, publicado no Diário da República, n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: "Em

cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, evidenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação". 4. – Local de trabalho: Os lugares postos a concurso são para: Ref.ª A - 1 posto de trabalho para a área de saúde ambiental para o ACES Baixo Vouga, sito na Av. Lourenço Peixinho, nº 41, 4º, 3804 – 502 Aveiro. Ref.ª B - 1 posto de trabalho para a área de saúde ambiental para o ACES Dão Lafões, sito na Avenida António José de Almeida – Edifício, MAS, 3514 -511 Viseu. 5. - Caracterização dos postos de trabalho: aos postos de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 31 de agosto. 6. - Posição remuneratória: A posição remuneratória de referência é a que corresponde à primeira posição da categoria de técnico superior de diagnóstico e terapêutica especialista principal prevista no anexo 1 ao Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro. Caso a posição e/ou nível remuneratório do trabalhador seja superior à posição de referência, será aquela a considerada, dentro dos limites e condicionalismos impostos pela Lei do Orçamento de Estado; 7. - Requisitos de admissão: Podem candidatar-se ao procedimento concursal aberto pelo presente aviso, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica especialista que, detenham, no mínimo, seis anos (contabilizados nos termos definidos do disposto no n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 25/2019, de 11 de fevereiro) de experiência efetiva de funções e com avaliação que substancie desempenho positivo, nos termos previstos no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto e reúnam, para além destes requisitos especiais, os requisitos gerais para constituição de relação jurídica de emprego na Administração Pública, previstos nos art.17.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovadas em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para o exercício de funções na carreira, designadamente a posse de cédula profissional válida e que reúnam os requisitos de admissão enunciados no ponto 1 do presente aviso. 8. - Habilitações académicas: Licenciatura ou outra habilitação académica adequada ao exercício da profissão a que se candidata. 9. - Impedimentos de admissão: não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 10. - Formalização de candidaturas: 10.1. - Prazo:15 dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso no Diário da República. 10.2. - Nos termos do artigo 20.º da Portaria 154/2020, de 23 de julho, a formalização das candidaturas é realizada, preferencialmente em suporte eletrónico, podendo igualmente ser apresentada, em suporte papel, em ambos os casos, mediante formulário dirigido à Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., disponível na página eletrónica da ARSC, I.P. 10.3. - As candidaturas podem ser entregues, dentro do prazo fixado, em formato digital, através do endereço eletrónico drh@arscentro.min-saude.pt ou podem ser entregues pessoalmente no Serviço de Expediente da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, sito na Alameda Júlio Henriques, s/n, 3001-553 Coimbra, das 9H00 às 12H30 horas e das 14H00 às 17H00 horas ou remetidas pelo correio, em carta registada com aviso de receção, para: Administração Regional de Saúde do Centro, IP, Alameda Júlio Henriques, s/n, 3001-553 Coimbra, até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, contando para este efeito a data de registo. 10.4. - As candidaturas devem ser acompanhadas, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, de requerimento onde devem constar os seguintes elementos: a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da profissão, carreira, categoria e atividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; b) Identificação do requerente (nome, data de nascimento, género, nacionalidade, número de identificação civil e endereço postal e eletrónico, caso exista); c) Identificação do posto e local a que se candidata, bem como a entidade que realiza o procedimento; d) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente, os previstos no art.17º, do anexo, à LGTFP e no art. 8.º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 31 de agosto; e) Identificação do vínculo de emprego público detido, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções; f) Os relativos aos requisitos de habilitação profissional, incluindo, sendo o caso, as exigências particulares técnico-profissionais; g) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes na candidatura. 10.5. – A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: a) Documento comprovativo da posse da cédula profissional na área de exercício profissional a que respeita o concurso; b) Certificado de habilitação académica, ou outro documento idóneo

legalmente reconhecido para o efeito, designadamente no caso de grau académico obtido em país estrangeiro; c) Declaração comprovativa da situação/vínculo profissional, onde conste obrigatoriamente a carreira/vínculo profissional, que integra, o respetivo posicionamento remuneratório e o tempo de serviço prestado na categoria detida; d) Declaração comprovativa das avaliações de desempenho no último sexénio; e) Um exemplar de curriculum vitae devidamente datado e assinado; f) Declaração, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos previstos e exigidos no art. 17º do anexo à LGTFP. g) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura. h) Menção de que os documentos de instrução da candidatura se encontram arquivados no seu processo individual, se for o caso. 10.6. - Documento comprovativo do grau de incapacidade, caso tenha sido preenchido o respetivo campo do formulário. 10.7. - Quaisquer outros documentos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para apreciação do seu mérito. 10.8. - A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como os indispensáveis para efetuar a avaliação do candidato, determina a exclusão do mesmo do procedimento concursal nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 21.º da Portaria atrás referida. 10.9. - As falsas declarações prestadas pelos candidatos são punidas por lei. 11. — Método de Seleção: 11.1. - Será aplicado como único método de seleção a prova pública de monografia curricular, de acordo com o definido no nº 4 do artigo 6º da Portaria 154/2020, de 23 de junho. 11.2. - De acordo com o artigo 10.º da Portaria citada, é excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 no método de avaliação aplicado. 12. - De acordo com o artigo 23º da mesma Portaria, os candidatos excluídos, serão notificados para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo. 13. - A morada e o endereço eletrónico a considerar para efeitos de notificação, são as constantes do formulário de candidatura. 14. - As atas do júri, nas quais constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos fatores que integram o método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração do método de seleção, serão facultados aos candidatos sempre que solicitadas por escrito, no prazo de 3 dias úteis contados da receção do pedido. 15. - Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no n.º 1 e 2 artigo 28.º da Portaria n.º 154/2020 de 23 de julho. 16. - A lista unitária de candidatos admitidos e excluídos e a lista de ordenação final dos candidatos, após homologação, serão afixadas em local visível e público das instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP e disponibilizada na respetiva página eletrónica e notificados aos candidatos por mensagem de correio eletrónico, acompanhadas de cópia das mesmas, sendo a lista unitária de ordenação final dos candidatos publicada ainda no Diário da República, 2º série, nos termos doo artigo 26.º e art. 29º da Portaria n.º 154/2020 de 23 de julho. 17. - Composição do júri: Vitor Manuel Nunes Carmona, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de saúde ambiental e Coordenador da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE, como presidente; Elisabete Maria Moreira Dionísio Batista, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de saúde ambiental e Coordenadora da Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE, como 1.º vogal efetivo, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos; Carlos Alberto Saraiva Pinto, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de saúde ambiental e Coordenador do Agrupamento de Centros de Saúde do Médio Tejo da ARSLVT, IP, como 2.º vogal efetivo; Arlindo Neves Pardal, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de saúde ambiental do Agrupamento de Centros de Saúde de Sintra, da ARSLVT, IP, como 2.º vogal efetivo; Cláudia Helena Alpoim Silva, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de saúde ambiental e Coordenadora do Agrupamento de Centros de Saúde de Almada-Seixal, da ARSLVT, IP, como 1.º vogal suplente. 18. - O procedimento concursal cessa com a ocupação dos postos de trabalho constantes da presente publicação. 29 de dezembro de 2020 - A Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I.P. - Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		